



CATÁSTROFES ANTRÓPICAS

UMA APROXIMAÇÃO INTEGRAL

IMPRENSA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

LUCIANO LOURENÇO
FÁTMA VELEZ DE CASTRO
(COORDS.)

TERRITÓRIOS QUOTIDIANOS, RISCOS SOCIAIS E
VULNERABILIDADE DA POPULAÇÃO – ANÁLISE
PRELIMINAR DO CONCEITO DE URBICÍDIO
DAILY TERRITORIES SOCIAL RISKS AND
POPULATION VULNERABILITY – PRELIMINARY
ANALYSIS OF THE CONCEPT OF URBICIDE

Fátima Velez de Castro

Departamento de Geografia e Turismo da Faculdade de Letras
CEGOT e RISCOS, Universidade de Coimbra, Portugal
ORCID: 0000-0003-3927-0748 velezcastro@fl.uc.pt

João Luís J. Fernandes

Departamento de Geografia e Turismo da Faculdade de Letras
CEGOT e RISCOS, Universidade de Coimbra, Portugal
ORCID: 000-0002-9419-631X jfernandes@fl.uc.pt

Sumário: Tendo em conta o estado da arte sobre o tema, pretende-se realizar uma reflexão sobre as várias dimensões dos riscos sociais e da vulnerabilidade populacional nos territórios quotidianos. Partindo-se de uma visão integrada entre a dimensão social e a dimensão individual, abordar-se-ão aspetos relacionados com o trabalho, a vida familiar e as relações sociais; a saúde, justiça, educação e igualdade de género; as migrações e os desafios da multi/interculturalidade. Na última parte, desenvolver-se-á o conceito de urbicídio, para o qual podem convergir muitas destas dinâmicas.

Palavras-chave: Riscos sociais, vulnerabilidade, territórios quotidianos, urbicídio.

Abstract: Considering the state of the art on the subject, it is intended to reflect on the several dimensions of the social risks and on the population vulnerability in everyday territories. Working from an integrated view between social dimension and individual dimension, it will be approached aspects related to work, family life and social relations; health, justice, education and gender equality; migrations and the challenges of multi/interculturality. In the last part, it will be developed the concept of urbicide, where many of these dynamics can converge.

Keywords: Social risks, vulnerability, everyday territories, urbicide.

Introdução

A dificuldade de sistematização dos riscos sociais não permite uma fácil abordagem tipológica. Não pela falta de estudos sobre o tema, mas antes por uma dispersão que dificulta a necessária visão de conjunto para uma compreensão holística destes fenómenos cindínicos.

Sobre esta questão, Mendes (2015: 47) alerta para a dificuldade de sistematização os riscos sociais, até mesmo quando comparados com os riscos naturais ou tecnológicos que, por norma, são mais inteligíveis no que respeita ao estabelecimento de uma taxonomia. Tal fato nada tem a ver com a “*banalidade*” dos fenómenos naturais/tecnológicos e muito menos com a “*facilidade*” interpretativa das dinâmicas associadas. O autor associa antes esta disjunção à dificuldade de afastamento analítico, que decorre da construção de uma dimensão ideológica gerada pelo contexto político que rege as decisões associadas aos riscos sociais.

Nesta linha de ideias, Butler e Miller (2017: 33) referem-se aos riscos sociais como sendo fenómenos ubíquos e muito dependentes da conjuntura económica contextual. Abellan-Perpinán (2010: 4) chama a atenção para a importância da percepção individual/coletiva, no que diz respeito à própria “*definição-importância*” dos riscos sociais. Com isto o autor quer dizer que, perante fenómenos semelhantes, as

diferentes populações podem entender e conceber o nível de perigo de forma diferenciada, tendo em conta os fatores diferenciadores, tais como, por exemplo, o grau académico, possibilidades económicas, contexto cultural ou faixa etária.

Na tentativa de definição de “*risco social*”, e tendo em conta os trabalhos de Faugères (1990:31-60), Lourenço (2015:34), refere que trata de fenómenos derivantes da incapacidade humana de viver em harmonia com o seu semelhante, na observância dos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade, o que acaba por gerar iniquidades de carácter social, económico, político e cultural. O autor opta por sub-agrupar os riscos sociais em três categorias: riscos associados a perturbações dos ecossistemas urbanos e rurais; riscos associados a conflitos bélicos; riscos associados a convulsões sociais.

Este capítulo focar-se-á sobretudo nesta última categoria, tendo em conta a seguinte perspetiva e o estado da arte sobre o tema:

“As convulsões sociais são cada vez mais frequentes e estão associadas a causas muito diferentes, tais como: desemprego e subemprego generalizados, fome e desnutrição, migrações intensas e descontroladas, infância e juventude marginalizadas ou carentes, especulação, greves generalizadas, disseminação de boatos, tumultos e desordens generalizadas, incremento dos índices de criminalidade e de assaltos, banditismo e crime organizado, colapso do sistema penitenciário, sabotagem e terrorismo, perseguições e conflitos ideológicos, religiosos e raciais” (Lourenço, 2015: 35).

Assim, propõe-se uma abordagem multiescalar, que deriva de uma visão que vai desde o indivíduo até ao coletivo em que se integra, não se pretendendo uma cisão entre ambas as escalas, mas antes uma análise integrada, em que se considere que a pessoa – parte – que integra e interage com o social – totalidade (fig. 1).

Por um lado, considera-se que o trabalho (instabilidade contratual, precariedade, exploração patronal, *burnout*, poucas condições de segurança no trabalho, baixos salários, desemprego), a vida familiar (pobreza, alienação parental, violência doméstica, instabilidade afetiva) e as relações sociais (iso-

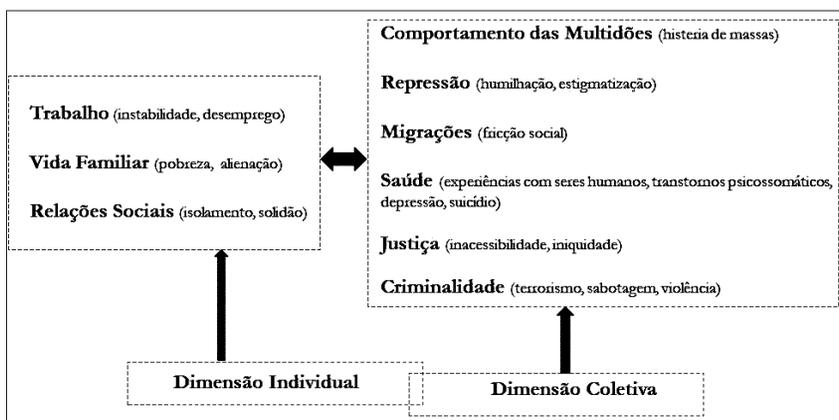


Fig. 1 - Riscos Sociais: da escala individual à coletiva

Fig. 1 - Social Risks: from individual to collective scale

lamento, precariedade dos vínculos, solidão, virtualidade substitutiva) são partes integrantes dos riscos sociais, numa base individual. Para isso, parte-se do princípio que se trata de contextos onde a atuação, embora dependendo sempre de fatores externos, está muito relacionada com a capacidade e a relativa possibilidade de resolução do indivíduo per se, dependendo do seu grau de autonomia, competências e capacidades, assim como o próprio nível de resiliência. Esta ideia é corroborada pelos princípios defendidos por Sen (2003: 39), o qual considera que a liberdade de escolhas, muitas vezes se foca mais nas estratégias de decisão individual, do que naquilo que o indivíduo possui ou no que o Estado lhe pode oferecer.

Por outra parte, entende-se a dimensão coletiva diz respeito a diversos outros aspetos, tais como o comportamento das multidões (histerias de massas, pânico, atitudes de grupo), repressão (humilhação, estigmatização, violência sobre o coletivo), saúde (experiências com seres humanos, transtornos psicossomáticos, depressão, suicídio, epidemias), justiça (inacessibilidade e iniquidade, rutura do sistema prisional), criminalidade (terrorismo, sabotagem, homicídios, roubos, violência) e migrações (perigos na deslocação, tráfico, fricção social, racismo e xenofobia, separação familiar, guetização e desterritorialização).

Tendo em conta a dimensão dos riscos sociais, Bauman (2014: 201) afirmou que muitas das sensações sociais associadas à vida contemporânea estão relacionadas com a sensação de precariedade, instabilidade e vulnerabilidade. Refletindo em torno do tema, e tendo em conta a terminologia linguística para expressar o fenómeno, refere que os autores franceses falam em *precarité*; os ingleses de *insecurity*; os alemães de *unsicherheit*, mais próximos dos italianos que usam o termo de *incertezza*. Zygmunt Bauman defende que, no fundo, todos expressam a mesma ideia, ou seja, uma combinação de três tipos de experiências: incerteza, falta de garantias e insegurança (fig. 2).

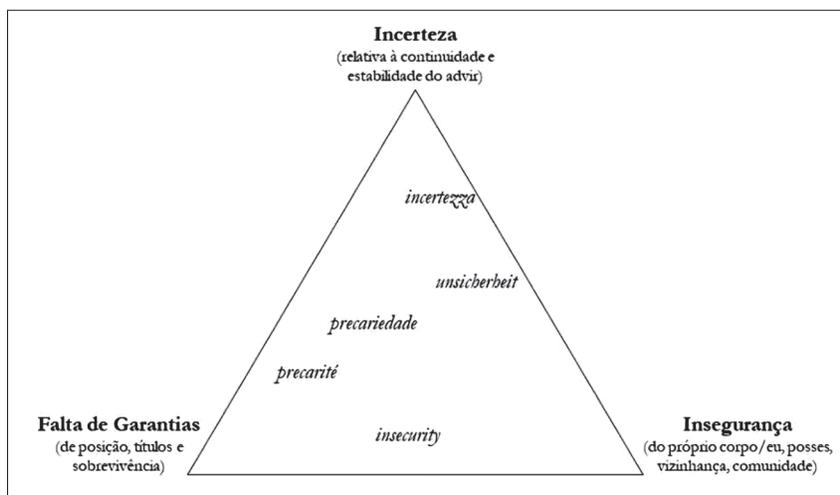


Fig. 2 - Dimensão conceitual de precariedade (Fonte: Adaptado de Bauman, 2014).

Fig. 2 - Conceptual dimension of insecurity (Source: Adapted from Bauman, 2014).

A falta de garantias sobre a estabilidade do curso de vida, a incerteza relativamente ao futuro e a insegurança sobre si mesmo, enquanto indivíduo participante numa comunidade, leva a que o sentimento de precariedade vulnerabilize, do ponto de vista social, os indivíduos, nas várias dimensões do quotidiano. Tendo em conta a linha de ideias apresentada, urge por isso refletir em torno da questão da vulnerabilidade social, no que diz respeito à sua origem, causas e fatores propiciatórios.

Pensar a vulnerabilidade social em relação com o ciclo da pobreza

Tapsell *et al.* (2010: 31) corroboram em parte as ideias de Sen (2003: 20), referindo que as causas da vulnerabilidade social se relacionam com a falta de liberdade e com a dificuldade de acesso ao poder, às estruturas e equipamentos, aos recursos, bem como estão condicionadas pela influência gerada pelos sistemas político-ideológicos e económico-financeiros. Os autores destacam ainda fatores de pressão que contribuem para a progressão do contexto de vulnerabilidade social, nomeadamente em termos de falta de instituições locais que possam apoiar as populações, assim com a ausência de técnicos com formação adequada na área dos riscos (numa perspetiva holística dos mesmos). Acrescem outros aspetos que também promovem situações de fragilidade, como, por exemplo, a falta de investimento local ou de mercados de consumo locais, a ausência da liberdade de expressão pública e de imprensa, assim como a inobservância de padrões éticos e morais na vida política pública.

Em termos macro-contextuais, chamam a atenção para os efeitos decorrentes das rápidas alterações nos padrões demográficos, assim como a urbanização sem planeamento/ordenamento, o declínio da produção e das condições de segurança no trabalho, e a degradação ambiental, na perspetiva da base dos sistemas produtivos agroflorestais.

A insegurança também é considerada um campo que promove a progressão da vulnerabilidade social, no que diz respeito a: ambiente físico (desde a insegurança no espaço público à falta de segurança na construção dos edifícios); economia local (precariedade dos empregos e baixos salários); relações sociais (existência de grupos de risco sem resposta por parte das instituições); vida pública (da falta de formação na área da prevenção de catástrofes à prevalência de patologias endémicas em determinadas comunidades).

Esta perspetiva sobre a vulnerabilidade social relaciona-se com a natureza da corrente epistemológica da Geografia Social, a qual surgiu na dinâmica contextual do pós Segunda Grande Guerra Mundial. Nessa época urgiu dar resposta a problemas emergentes como os cismas políticos (guerra fria, questão israelo-palestiniana), a dimensão racial (apartheid e movimentos civis nos EUA) e a questão da pobreza, quer nos países em vias de desenvolvimento, quer no cerne dos próprios países desenvolvidos.

Todo este cenário não é mais que uma expressão vivida e materializada do que Cançado *et al.* (2014: 7, 11-15) consideram ser não “*a vulnerabilidade social*” – entendida como a suscetibilidade ao risco social – mas antes “*as vulnerabilidades sociais*”, que se desagregam numa tipologia de acordo com a natureza do indivíduo/grupo (por exemplo, entre jovens), a área do saber (por exemplo, na saúde) e o território de atuação (por exemplo, bairros desfavorecidos).

Todavia, a vulnerabilidade social parece estar intimamente ligada com a tentativa de definição do ciclo da pobreza (fig. 3), preconizado por Pain *et al.* (2001: 261).

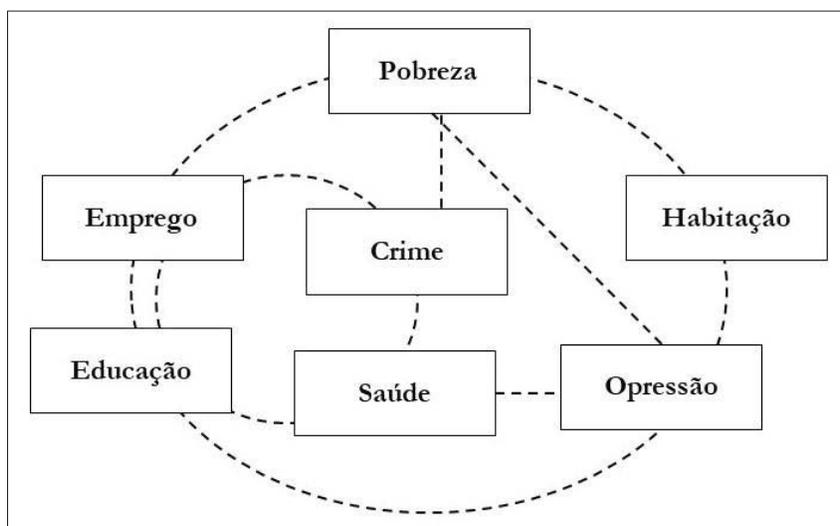


Fig. 3 - O ciclo da pobreza (Fonte: Adaptado de Pain *et al.*, 2001).

Fig. 3 - *The poverty cycle* (Source: Adapted from Pain *et al.*, 2014).

Estes autores defendem que a vulnerabilidade social é fruto da incapacidade dos indivíduos romperem com uma repetição contextual de situações desfavoráveis, inerentes ao quotidiano familiar e comunitário. Isto significa que os comportamentos e circunstâncias associados à pobreza tendem a perpetuar-se no tempo e no espaço, a menos que sejam introduzidos fatores de ruptura.

Um dos elementos disruptivos mais importantes é a educação, pois a melhoria das habilitações literárias permite aos indivíduos ganharem mais competências e

capacidades funcionais no mundo do trabalho, assim como interagir com mais segurança e aptidão em aspetos burocráticos do quotidiano. Ao ascenderem profissionalmente, terão acesso a rendimentos mais elevados, o que lhes permitirá melhorar a qualidade de vida ao nível da saúde, educação, habitação, etc., passando essas mesmas melhorias à geração seguinte.

Os autores destacam ainda a opressão, como propiciadora da continuidade do ciclo da pobreza. Neste sentido, entendemos a importância do fator na lógica de Amartya Sen, ou seja, para se quebrar a reprodução do processo, é necessário que haja liberdade de escolha, para assim se proporcionar a liberdade de acesso. Para Sen (2003: 19-21), as escolhas dos indivíduos não são influenciadas apenas pela procura da maximização do rendimento, mas também o são pelas várias circunstâncias individuais (idade, saúde, sexo, maternidade, aptidões, ...) e pelas disparidades nos contextos social e natural (poluição, ambiente, criminalidade. ...).

Na sua perspetiva, aquilo que realmente pode quebrar o ciclo da pobreza tem a ver com uma capacidade de trabalhar a partir das circunstâncias existentes, o que quer dizer que não interessa tanto ao indivíduo aquilo que ele possui, mas aquilo que consegue realizar com o que possui. É nesta lógica que o desenvolvimento, a uma escala individual, pode ser encarado como um processo de alargamento das liberdades reais de que uma pessoa goza ou que é capaz de gerar.

Sen (2003: 19-21) defende que a liberdade como base do desenvolvimento parece estar assim inerente a dois axiomas. Por um lado a possibilidade de escolha, e por outro a possibilidade de acesso. Um complementa o outro, porque quando há oportunidade de escolha é porque há acesso livre para concretizar a opção; se há acesso é porque estão instauradas os instrumentos que possibilitam a escolha proporcionada pela liberdade. Para isso apresenta três áreas primordiais: dispositivos sociais e económicos (ex: acesso a serviços de educação, cuidados de saúde, ...), direitos políticos e cívicos (ex: liberdade de participar no debate público ou no escrutínio eleitoral); eliminação das fontes de restrição (ex: possibilidade de fuga à pobreza, à tirania, à mágoa de oportunidades económicas, à incúria dos serviços públicos, à prepotência dos Estados repressivos – em contrapartida o acesso a alimentação, a vestuário, a medicamentos, à habitação, à paz, à educação, à saúde, ...). Contudo, não descarta contudo a componente económica, pelo que refere:

“O que as pessoas podem efetivamente realizar é influenciado pelas oportunidades económicas, pelas liberdades políticas, pelos poderes sociais e por essas condições de possibilidade que são a boa saúde, a educação básica e o incentivo e estímulo às suas iniciativas” (Sen, 2013: 21).

Este autor também destaca a dimensão social no desenvolvimento enquanto liberdade:

“Não [se] pode fundar uma concepção de desenvolvimento que verta simplesmente numa mera «fórmula» de acumulação de capital, ou de abertura dos mercados, ou de planeamento económico eficiente (embora cada um destes traços particulares se inscreva no quadro global). O princípio organizador que coloca todos os bocados e peças num todo integrado é a preocupação abrangente com o processo de fortalecimento das liberdades individuais e com o empenhamento social em promovê-las” (Sen, 2013: 303).

Um dos princípios deste sistema destaca a atribuição de financiamento a mulheres, o que acaba por ser um fator de emancipação em culturas cujo papel feminino se baseia na dependência face ao elemento masculino e na circunscrição à esfera doméstica. Este objetivo é extremamente importante não só como promotor da igualdade de oportunidades no género, como também deixa entender de forma clara como a liberdade de manobra é importante, neste caso não só em termos económicos, porque as mulheres passam a ter uma fonte de rendimento própria, mas também no que respeita ao acesso à informação e à liberdade de decisão sobre o seu futuro, através da formação em termos académicos.

Do ponto de vista instrumental, Sen (ob. cit.: 52-55) identifica cinco tipos de liberdade, com relações entre si, nomeadamente as *liberdades políticas*, que segundo o autor, os direitos cívicos, sob a forma de livre expressão e de eleições, ajudam a promover a segurança económica; as *disponibilidades económicas*, sob a forma de oportunidade de participar no comércio e na produção (consumo, troca, venda), que podem ajudar tanto a criar riqueza pessoal, como a gerar recursos públicos

destinados a serviços sociais; as *oportunidades sociais*, sob a forma de serviços de educação e de saúde, facilitam a participação económica; as *garantias de transparência*, onde se defende o direito à clareza e ao esclarecimento, bem como à lisura, evitando situações de corrupção, gestão irresponsável e arranjos subterrâneos; a *proteção da segurança*, onde se advoga a necessidade da existência de uma rede de proteção social onde, em certos casos (de desemprego, doença, ...), a população tenha um fundo de manobra (como o subsídio de desemprego, baixa, ...), evitando que passe para uma situação de miséria.

Verifica-se aqui que a dimensão económica e social está aliada à importância da participação democrática, tendo o indivíduo um papel de destaque como ator com capacidade de opinar e, sobretudo, de agir. Há contudo um fio condutor que parece unir todas estas dimensões de liberdade, que é a solidariedade e o respeito pela pessoa humana, como princípios aglutinadores da sociedade, qualidades que se apresentam como necessárias para a manutenção de uma ordem global mais humanizada e mitigação das privações.

Nesse sentido, interessa perceber se de fato o ciclo da pobreza acentua a vulnerabilidade, contribuindo para a génese e manutenção de territórios de risco, nomeadamente os de âmbito social.

Os territórios dos riscos sociais

Bonoli (2005: 433-435) e Benda *et al.* (2017: 28-30), defendem que os novos desafios do mundo contemporâneo pós-industrial, na perspetiva dos riscos sociais, estão ligados a mudanças estruturais naquilo que são os novos *desafios familiares*, relacionados com o conciliar da vida do agregado com o *ritmo diário de trabalho*, o que afeta não só a divisão das tarefas entre os vários membros, como também o reposicionamento de papéis por género. Os autores também destacam as novas estruturas familiares (agregados monoparentais e ausência de rede de apoio familiar) como passíveis de revelar vulnerabilidades sociais, sobretudo pela falta de entajuda e pelo enfraquecimento de laços das *relações sociais*. Sobre esta questão, é essencial

invocar o trabalho de Granovetter (1973: 1361), que se refere à força dos laços fracos, e que resulta de uma debilidade das relações estabelecidas entre os indivíduos, as quais resultam da diminuição do tempo, da intimidade (na perspectiva de “*confidente*”) e da intensidade emocional despendida para alimentar essas conexões.

A dimensão laboral parece ser assim um dos aspetos da quotidianidade que mais tem contribuído para essa degradação dos laços. Por um lado, as exigências que são impostas, em termos de produtividade, levam a que se incremente o tempo de laboração, não tanto em termos formais, mas antes em termos informais e “*invisível*”. Esta situação está relacionada com a qualidade e eficácia dos desempenhos, que coloca expectativas e metas em níveis cada vez mais elevados. Em termos práticos, isso significa que o trabalhador passa a sentir necessidade de trabalhar mais horas fora da prática formal, para poder dar resposta às demandas crescentes do competitivo mundo do trabalho. Daí que o *burnout* seja reconhecido, cada vez com mais frequência, como uma situação patológica de esgotamento, derivado desse sentimento de pressão e ansiedade constante, a que o trabalhador é exposto no seu local de trabalho (Cândido e Souza, 2016: 2).

Esta dimensão de afetação da saúde dos indivíduos pela via laboral, em muito está associada a situações de instabilidade, no que diz respeito à finitude ou precariedade contratual, exploração patronal, parcas condições de segurança no trabalho, baixos salários e desemprego. Sobre estes aspetos, atente-se o seguinte excerto:

“No mundo do desemprego estrutural ninguém se pode sentir verdadeiramente seguro. Empregos seguros e empresas seguras parecem parte da nostalgia dos avós. [...] “Flexibilidade” é a palavra do dia. Ela anuncia empregos sem segurança, compromissos ou direitos que oferecem apenas contratos a prazo fixos ou renováveis, demissão sem aviso prévio e nenhum direito à compensação. Ninguém pode, portanto, sentir-se insubstituível [...]” Bauman (2014: 202).

Sobre a questão da instabilidade, este autor (ob. cit.: 94, 186) afirma que a dimensão analítica da questão não está apenas relacionada com o mundo do trabalho, mas que se estende à natureza intrínseca das comunidades e das sociedades, no que diz respeito à capacidade do grupo viver com riscos, de se reinventar face às suas

consequências, ou seja, pela capacidade de resiliência, assim como pelas posições de solidariedade. Sendo assim, há aspetos que parecem emergir do fator “*instabilidade*”, que colocam em causa o equilíbrio da vivência social, a saber:

- Dimensão individual – diz respeito a situações de risco de isolamento, de exclusão e de solidão, que tanto podem ocorrer pela precariedade e degradação dos vínculos materiais, como pela virtualidade substitutiva das relações, no âmbito das redes sociais on-line;
- Comportamento das multidões – está relacionado com as atitudes de grupo, no mesmo cronotopos, gerando risco de pânico coletivo e histerias de massas;
- Repressão – trata-se de uma dimensão que se pode verificar tanto à escala individual como coletiva, e cujo risco social está ligado com formas de humilhação e estigmatização paulatinas e permanentes, assim como de violência sobre o coletivo.

Sobre este último ponto, Valentine (2001: 15-20), Pain *et al.* (2001: 120-121) e Del Casino (2009: 54) apresentaram uma perspetiva muito interessante sobre a questão da violência de género como risco social. Estes autores discutem a desigualdade de género gerada pela perspetiva socioconstrutivista e pela visão cartesiana dualista entre os papéis de “mulher” e de “homem”, onde se considera que o sexo feminino e masculino, mais do que uma circunstância biológica, resultam de uma aprendizagem informal diferenciada. Esta disparidade pode consubstanciar-se em situações de vulnerabilidade, porventura geradoras de situações de discriminação, onde um dos géneros é reprimido e violentado pelo outro, quer do ponto de vista físico, quer do ponto de vista psicológico.

Numa outra perspetiva, Benda *et al.* (2017: 29, 37) referem-se aos riscos sociais relacionados com a saúde, no que diz respeito a situações extremas de trauma, as quais podem levar a transtornos psicossomáticos, depressão, suicídio. Também as epidemias são consideradas neste subgrupo, assim como o *burnout*, que já tivemos oportunidade de discutir, associado às condições de trabalho. Mas nem sempre são as condições extremas que influenciam a segurança na saúde dos indivíduos, por isso estes autores referem-se ao envelhecimento, na vertente da doença e da incapacidade, como a progressão paulatina de no ciclo de vida das pessoas. Destacam, porém, o fenómeno da “iliteracia na saúde” e na “iliteracia na segurança social”,

referindo-se à incapacidade de obter, processar e compreender informações básicas nestas áreas, o que condiciona a tomada de decisões adequadas. Esta dimensão está plasmada no ciclo da pobreza, como aspeto capacitante da perpetuação da pobreza e, conseqüentemente, do risco social. Estes autores chamam a atenção para os riscos colaterais, ou seja, as conseqüências associadas ao envelhecimento e à doença, em termos de sobrecarga para os cuidadores.

No que diz respeito ao território dos riscos sociais, urge invocar a questão da mobilidade e das migrações. A saída de indivíduos do local de origem gera uma sensação de insegurança, pois ocorre uma perda do território estruturante da sua identidade. Sobre este aspeto, Mitchell (2007: 280) refere-se à sensação de alguns indivíduos nunca se sentirem “*em casa*”, no sentido contrário ao cosmopolitismo. Tal significa que o estado permanente ou provisório de mobilidade lhes dá uma sensação de instabilidade, a que o autor se refere como “*identidade desterritorializada*”. Santos (2006: 222) também associa o conceito de “*desterritorialização*” ao significado de estranhamento e alheamento. Refere mesmo que, quando alguém migra para um espaço que não ajudou a criar, cuja história e memória desconhece, então esse lugar é epicentro de uma “*vigorosa alienação*”.

Todavia, a presença no território de destino migratório gerará uma reterritorialização, fruto do estabelecimento de novos laços com espaços, pessoas e rotinas, associado a experiências quotidianas positivas e à capacidade de perceber, interpretar e atuar na geografia e na sociedade em que está envolvido.

Porém, em situações específicas de tensão, Velez de Castro (2016: 109-110) sintetizou um conjunto de riscos associados à presença de determinados grupos de migrantes nos territórios de destino, relacionados com a vivência em sociedade (discriminação racial e xenófoba, fricção social, inadaptação), no quotidiano (referente a concorrência ou incapacidade de absorção por parte do mercado laboral, assim como potencial sobrecarga de custos sociais – emprego, saúde, educação, etc.), mas também nas relações intergrupais (guetização). Tomando como exemplo a recente onda de refugiados na Europa, muitas destas questões foram levantadas pela opinião pública, numa lógica fóbica de risco social gerado pela presença de deslocados de origem muçulmana, e nas conseqüências que a multiculturalidade poderia trazer, na perspectiva de ameaça para a identidade europeia.

Novas perspectivas sobre os riscos sociais - do urbicídio à degradação da urbanidade e da condição urbana

No que aos riscos sociais diz respeito, a concentração demográfica em áreas urbanas coloca as cidades no centro do debate. A tendência de aglomeração da população em espaços geográficos mais confinados intensifica velhos fatores de potencial insegurança, coloca novos problemas e abre outras frentes de vulnerabilidade.

Desde logo, pelo seu poder económico, político, estratégico e simbólico, a cidade torna-se o epicentro de conflitos territoriais (Graham, 2004; Bishop e Clancey, 2004; Fernandes, 2016; Mendonça, 2017).

Longe do ilusório modelo da cidade medieval europeia de refúgio, que parecia esconder-se num protetor perímetro muralhado, desde há muito a guerra e as perturbações bélicas entraram nos espaços urbanos, que foram ocupados, saqueados e, no limite, devastados. Hiroshima e Nagasaki, destruídas na II Guerra Mundial, são *traumascapes* simbólicas desta vulnerabilidade à violência e à guerra.

Neste contexto, para além da perda de vidas humanas, o problema está também a jusante da destruição física do lugar, está na decomposição dos espaços de vida e dos territórios do quotidiano de populações urbanizadas que se fragilizam perdendo os seus referenciais geográficos.

A guerra nos Balcãs, entre 1991 e 2001, mas também o mais recente conflito na Síria dão-nos exemplos de comunidades urbanas que colapsam porque foram alvo de agressões por parte de uma força inimiga. Nas paisagens de escombros e de populações territorialmente fragilizadas de cidades como Sarajevo ou Aleppo, assistiu-se à destruição da casa, centro de gravidade da vida pessoal e coletiva que passa pela habitação mas também pelos territórios do quotidiano. Este *domocídio* (Kearney, 2017) é uma das dimensões, porventura a mais sentida, daquilo que podemos denominar como *urbicídio*, o colapso físico da cidade, ou de parte desta, e a conseqüente desintegração da vida urbana, desencadeando dinâmicas de reorganização territorial individual e/ou coletiva que podem passar pela fuga, pelo êxodo descontrolado e conseqüente precariedade geográfica noutro contexto espacial.

Para S. Graham e D. Gregory, (2009:794) “*Literally ‘killing cities’, urbicide refers to the intentional attempt to erase or destroy a city or cities for political purposes*”. Ainda para estes autores, o conceito foi inicialmente utilizado a propósito das transformações urbanas ocorridas em Paris e em cidades dos EUA na segunda metade do século XX. Numa fase posterior, foi popularizado nos Balcãs “*to condemn the way in which Serbian armed forces in the war of the 1990s targeted the architectures and spaces of Dubrovnik, Sarajevo and other cities that were most visibly identified with a history of religious, ethnic and national pluralism and heterogeneity in what rapidly became the former Yugoslavia*” (Graham e Gregory, 2009: 794).

Também para Martin Coward (2009), a devastação física de uma cidade, ou de algum elemento construído da paisagem urbana, poderá ter propósitos políticos, ideológicos e culturais. Este autor dá o exemplo da Stari Most (a ponte da cidade bósnia de Mostar). Sem grande relevância sob o ponto de vista da estratégia militar, foi destruída durante a guerra na ex-Jugoslávia, às 10 h 15 m do dia 9 de novembro de 1993, com o objetivo de distanciar as comunidades bósnias croatas e muçulmanas que, sem esta passagem, ficariam separadas por um rio de difícil atravessamento. O bombardeamento daquele geossímbolo, que abria caminho à vida multicultural do espaço urbano, significou o ataque ao caráter cosmopolita da cidade, um tradicional ponto de encontro entre os impérios austro-húngaro e otomano e as populações católicas, ortodoxas e islâmicas. Este urbicídio material, a que se seguiram outros, acelerou o fim da Bósnia enquanto território aberto à convergência cultural.

Por isso, para Mendonça (2017), a destruição da cidade ou de algum dos seus espaços, poderá associar-se a uma dinâmica mais complexa, integrada e sistêmica de genocídio, etnocídio ou mesmo politicídio.

No entanto, enquanto território de risco, a cidade exige outras leituras temporais. Para além do urbicídio agudo e disruptivo que deriva da destruição do suporte físico e da desestruturação geohumana consequente, é importante acompanhar a potencial degradação mais lenta da urbanidade e da condição de vida urbana (Mongin, 2009).

É verdade que o conceito de cidade tem mudado ao longo do tempo. As mobilidades espaciais, os fluxos materiais e imateriais, as tecnologias, as novas dinâmicas territoriais, trouxeram-nos uma realidade urbana mais complexa, porosa e difícil de delimitar no espaço e de caracterizar sob o ponto de vista humano.

Contudo, a essência da urbanidade mantém-se: as tensões e as sociabilidades plurais; mas também o valor do espaço público; a cidade como interação social; como a *polis* que viu nascer a política; a cidade das praças, dos pontos de contacto e do livre encontro entre os múltiplos atores que a apropriam, se filiam na mesma e ali constroem os seus territórios (Massey, 2005).

Contudo, esta cidade aberta, que George Steiner (2007) descreve como uma das condições para a ideia de Europa (a cidade dos cafés e das ruas), tem sido ameaçada pela suspeição e pelo medo. De certo modo, esta poderá ser outra face do urbidício, aqui entendido, numa adaptação livre, enquanto degradação lenta e gradual da condição urbana e da urbanidade.

O retraimento de uma certa vida urbana mais espontânea nalguns contextos espacio-temporais, assim como a desconfiança perante o espaço público, muito comum, apenas um exemplo, nas metrópoles brasileiras, pode derivar de mapas mentais e cognitivos distorcidos. Esta imagem pode também resultar de percepções condicionadas pelo exterior, por representações hipervisuais que, sobretudo em suporte digital, condicionam as mundividências e modelam os comportamentos.

Ainda assim, esta cidade considerada mais insegura é resultado direto das quebras de vizinhança, dos cortes ocorridos nos canais de solidariedade, do aumento da rapidez e da velocidade e, numa aparente contradição, do incremento das distâncias sociais e culturais. Isto é evidente, sobretudo, nas sociedades urbanas europeias, envelhecidas e confrontadas com a territorialização de novas comunidades imigrantes.

Este é o resultado da tensão entre as tradicionais espacialidades lentas e os fluxos que não se regulam nem controlam (Massey, 2005). Mas esta geografia do medo (Tuan, 2013) é também resultado da centralidade dos espaços urbanos nas cartografias e nas territorialidades complexas de atores informais, ou mesmo criminosos, que se organizam geograficamente através de uma elevada plasticidade transnacional.

Rogério Haesbaert (2002) desenvolve esta ideia a propósito da multiterritorialidade de um grupo terrorista, a Al Qaeda. Naquele momento, aquela organização controlava espaços contínuos, organizava-se por redes topológicas e afirmava-se nos territórios de exclusão social. É através desta territorialidade compósita e desta equação de insegurança e terrorismo que grupos com estas características se filiam aos espaços urbanos. Assim ocorreu em bairros associados a minorias étnicas, que

são vértices territorializados de diásporas que se urbanizaram em muitas cidades europeias, como ocorreu no caso da radicalização islâmica que avançou nalguns microespaços de Molenbeek, em Bruxelas.

O mesmo se poderia afirmar no caso do narcotráfico e de outras redes de criminalidade que se vão envolvendo com espaços urbanos em diferentes contextos geográficos à escala global.

Em paralelo com a filiação da cidade ao crime, nalguns casos real, noutros aparente e construída, também acontece a exploração dos medos e das perceções de insegurança. Entre outros aspetos, este urbicídio lento leva ao desenvolvimento de uma cidade de arquitetura securitária, à militarização do espaço urbano e à diluição da fronteira entre a segurança interna e a segurança externa (Souza, 2008; Graham, 2010; Mendonça, 2017).

Esta é a cidade vigilante, a cidade do receio e do controlo (quantas vezes digital) das vidas humanas, das identidades pessoais e da privacidade. Neste difícil equilíbrio entre a segurança e a liberdade, neste novo território de espaços públicos anémicos (Souza, 2008), emerge outro risco, aquele que resulta da constante produção individual de dados e do papel de cada cidadão enquanto contribuinte para um manancial de informações biométricas e comportamentais cujo destino se desconhece. Haverá menos cidade, mas existirão bases de dados mais robustas, fonte de novas ameaças e vulnerabilidades num urbicídio mais lento e quase impercetível (Harari, 2018).

Nesta recomposição da vida urbana, a nova cidade é mais tecnológica, mas também mais fragmentada. Este é o território dos confinamentos, daqueles que se controlam por dentro, por atores autocentrados que renunciam às relações de proximidade (nos condomínios privados, por exemplo) e daqueles que o coletivo encerra e se procuram controlar por fora, como guetos e favelas, territórios que, afinal, se globalizam também por redes que não se acompanham nem regulam à escala local (Haesaert, 2014).

Nesta dinâmica, para além da privatização da segurança, transferem-se e privatizam-se as vivências dos espaços públicos. A praça é reproduzida e encenada no centro comercial. É também representada no interior das urbanizações muradas, que coexistem com o espaço urbano exterior, que se vai desintegrando.

Neste urbicídio progressivo também se discute o conceito de comunidade (Bauman, 2001). Já no passado se lamentaram os efeitos da industrialização e a

degradação da *Gemeinschaft* e das velhas agregações rurais, enquanto territórios de conforto, *strong ties* e segurança (Granovetter, 1973; Brancaloneo, 2008).

Agora, nesta cidade em desconstrução, vive-se um paradoxo. Ao mesmo tempo, reclama-se o irrealista e anacrónico retorno dessa velha comunidade enquanto território de solidariedade e proximidade mas teme-se a organização de comunidades fechadas por laços étnicos e por identidades exclusivas, de base religiosa. A estas atribui-se um elevado potencial de agressividade, desde que associadas aos atores transnacionais da criminalidade e da violência terrorista. As ideias, mais estas que as práticas, de multiculturalidade e interculturalidade, não abrem novos horizontes nem pacificam os medos.

Contudo, neste campo, a diversidade é grande. Em muitas cidades persistem os velhos problemas do ciclo da pobreza. Noutras, mesmos as mais prósperas, vivem-se riscos como o colapso tecnológico ou a referida presença desregulada de atores transnacionais. No entanto, esta é uma divisão artificial, pois estes dois contextos cruzam-se e alimentam-se mutuamente.

Urbicídio - a palavra tem raiz na destruição física do espaço urbano. No entanto, a desintegração da cidade pode ocorrer de modo diferente, com outros ritmos e, porventura, menor visibilidade. Neste caso, os riscos sociais cruzam-se com as geografias do medo e da desconfiança. Poderá discutir-se se este medo e esta desconfiança significarão uma real capitulação ou somente a construção de uma cidade diferente. O debate está em aberto. O que é certo é que os espaços urbanos, hoje mais rápidos e velozes, promoveram o aumento da distância (social, cultural e política) entre atores, colocando em causa princípios e valores nos quais assentava a urbanidade.

Conclusão

As mudanças tecnológicas disruptivas, as mobilidades que acompanham a compressão do espaço-tempo, as novas arquiteturas sociais e espaciais, as dinâmicas territoriais que cruzam escalas geográficas, a multidimensionalidade dos contextos,

mas também as incertezas, a imprevisibilidade do futuro e a aceleração dos processos, tudo contribui para um reequacionar permanente dos riscos sociais. Partindo de conceitos solidificados, devem acompanhar-se as mudanças, sempre no sentido de assegurar a sustentabilidade do sistema e garantir a qualidade de vida e a segurança das populações. O espaço geográfico, em geral, e as cidades, em particular, desempenham aqui um papel importante. Nestas áreas urbanas agora reconfiguradas, os riscos sociais constituem uma preocupação central. É para estas, mas não só, que convergem os problemas da vulnerabilidade social, os ciclos de pobreza, as desigualdades de género, o desemprego, mas também o crime e os comportamentos informais e as atitudes desviantes.

Nestes espaços urbanos vulneráveis, persiste o risco da destruição total, da devastação da sua base física e material. O urbidíio será a decomposição extrema do lugar e das suas populações. Contudo, a cidade em transformação vai colocando em causa os fundamentos da urbanidade. O medo e a desconfiança, mapas mentais mais confinados, práticas espaciais mais receosas e polarizadas, muros e fragmentações. Nestas novas territorialidades, a condição urbana vai mudando, porventura vai-se desqualificando, abrindo novos campos de fragilidade. Nestas cidades abertas às redes transnacionais que não se regulam pelos métodos convencionais nem pelas fronteiras políticas, discute-se a dialética entre a liberdade e a segurança. Para se alcançar a segunda, abdica-se da primeira. A vigilância e o controlo do cidadão comum, as ameaças à individualidade, a privatização de serviços securitários, todos estes fatores vão construindo um novo cenário.

É nesta convergência entre velhos problemas não resolvidos e a emergência de novos focos de preocupação, que os riscos sociais se devem posicionar, sempre na procura de um futuro mais filiado nos valores da condição humana.

Bibliografía

Abellan-Perpiñan (2010: 4). *Los riesgos sociales e su percepción*. Murcia: Eysiec. Disponível em: https://digitum.um.es/xmlui/bitstream/10201/12715/1/Esyec%20investigacion%202010_05.pdf (acedido em 26/09/2018).

- Bauman, Z. (2001). *Community*. Cambridge: Polity Press.
- Bauman, Z. (2003). *Amor líquido*. Rio de Janeiro: Zahar Editora.
- Bauman, Z. (2009). *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Zahar Editor.
- Bauman, Z. (2014). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar Editora.
- Benda, L., Fenger, M., Koster, F., Van der Veen, R. (2017). Social Investment risks? An explorative analysis of new social risks in the social investment state. *Corvinus Journal of Sociology and Social Policy*, vol.8 (2), 25-42.
- Bishop, R., Clancey, G. (2004). The City-as-Target, or Perpetuation and Death. In: Graham, S. (ed.), *Cities, war, and terrorism*. Malden: Blackwell, 54-75.
- Bonoli, G. (2005). The politics of the new social policies. Providing coverage against new social risks in mature welfare states. *Policy and Politics*, vol. 33(3) 431-449.
- Brancaleone, C. (2008). Comunidade, sociedade e sociabilidade: revisitando Ferdinand Tönnies. *Revista de Ciências Sociais*, vol.39, nº1, 98-104.
- Butler, J. V., Miller, J. B. (2017). Social risk and the dimensionality of intentions. *Management Science*, Março, 1-55.
- Cançado, T. C. L., Souza, R. S., Cardoso, C. B. S (2014). Trabalhando o conceito de vulnerabilidade social. *XIX Encontro de Estudos Populacionais*, ABER, S.Paulo, 21 p.
- Cândido, J., Souza, R. L. (2016). *Síndrome de Burnout: as novas formas de trabalho que adoecem*, *Psicologia PT*, disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1054.pdf> (acedido em 09/11/2018)
- Del Casino, V. J. (2009). *Social Geography. A critical introduction*. Reino Unido: Wilwy-Blackwell.
- Faugères, L. (1990). La dimension des faits et la théorie du risqué. In: European Coordination Centre for Research and Documentation in Social Sciences, *Le Risqué et la Crise*. Malta: Foundation for International Studies, 31-60.
- Fernandes, J. (2016). Paris como geossímbolo e traumascap: Discussão a propósito dos atentados terroristas ocorridos em novembro de 2015. *Boletim Goiano de Geografia*, v. 36, n. 1, 86-101.
- Graham, S. (2004). Cities as Strategic Sites: Place Annihilation and Urban Geopolitics. In: Graham, S. (ed.), *Cities, war, and terrorism*. Malden: Blackwell, 31-53.
- Graham, S., Gregory, D. (2009). Urbicide. In: Gregory, D., Johnston, R., Pratt, G., Watts, M., Whatmore, S., *The dictionary of human geography*. Chichester: Wiley-Blackwell.
- Graham, S. (2010). *Cities Under Siege: The New Military Urbanism*. Verso: London.
- Granovetter, M. S. (1973). The strength of weak ties. *The American Journal of Sociology*, vol.78(6), 1360-1380.
- Haesbaert, R. (2002). A multiterritorialidade do mundo e o exemplo da Al Qaeda. *Terra Livre*, vol I, nº 18, 37-46.
- Haesbaert, R. (2014). *Viver no limite*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Harari, Y. (2018). *21 lições para o século XXI*. Coimbra: Elsinore.
- Kearney, A. (2017). *Violence in place, cultural and environmental wounding*. New York: Routledge.
- Lourenço, L. (2015). Risco, perigo e crise: pragmatismo e contextualização. In: Siqueira, A., Valencio, N., Siena, M., Malagoli, M. A., *Riscos de desastres relacionados à água. Aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos*. São Paulo: RiMa Editora, 3-43.
- Massey, D. (2005). On space and the city. In: Massey, D., Allen, J., Pile, S. (ed.), *City worlds*. London: Routledge, 151-174.

- Mendes, J. M. (2015). *Sociologia do Risco. Uma breve introdução e algumas lições*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Mendonça, M. J. (2017). A cidade como espaço de batalha: de Gaza ao Rio de Janeiro. *Geosp – Espaço e Tempo*, v. 21, n. 3, 685-702.
- Mitchell, D. (2007). *Cultural Geography. A critical introduction*. Oxford: Blackwell Publishing.
- Mongin, Olivier (2009). *A condição urbana. A cidade na era da globalização*. São Paulo: Editora Estação Liberdade.
- Pain, R., Barke, M., Fuller, D., Gough, J., MacFarlane, R., Mowl, G. (2001). *Introducing social geographies*. Londres: Arnold Publishers.
- Santos, M. (2006). *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. (4ª ed.) S.Paulo: Edusp.
- Sen, A. (2003). *O desenvolvimento como liberdade*. Lisboa: Gradiva.
- Siqueira, A., Valencio, N., Siena, M., Malagoli, M. A. (2015). *Riscos de desastres relacionados à água. Aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos*. São Paulo: RiMa Editora.
- Souza, M. L. de (2008). *Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Steiner, G. (2007). *A ideia de Europa*. Lisboa: Gradiva.
- Tapsell, S., McCarthy, S., Faulkner, H., Alexander, M. (2010). *Social vulnerability to natural hazards*. Londres: CapHaz-Net WP4 Report FHRC, Middlesex University.
- Tuan, Y. F. (2013). *Landscapes of fear*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Valentine, G. (2001). *Social geographies. Space and society*. Reino Unido: Pearson Education.
- Velez de Castro, F. (2016). A crise migratória do mediterrâneo e os riscos antropossociais. *Territorium*, 23, 103-111. DOI: http://dx.doi.org/10.14195/1647-7723_23_8